DF CARF MF Fl. 154





**Processo nº** 19740.000438/2008-18

Recurso Voluntário

Acórdão nº 2402-008.304 - 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

**Sessão de** 3 de junho de 2020

**Recorrente** CIA FLUMINENSE DE HABITAÇÃO

Interessado FAZENDA NACIONAL

# ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/09/2004 a 31/12/2004

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.

É intempestivo o recurso voluntário interposto após o decurso de trinta dias da

ciência da decisão de primeira instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira (Relatora), Denny Medeiros da Silveira (Presidente), Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Junior, Luís Henrique Dias Lima, Márcio Augusto Sekeff Sallem, Rafael Mazzer de Oliveira Ramos e Renata Toratti Cassini.

### Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 12-23.113 (fls. 120 a 123), que julgou improcedente a impugnação e manteve o crédito constituído por meio do Auto de Infração DEBCAD nº 37.179.402-1, no valor de R\$ 2.152,30, referente ao lançamento das diferenças relativas às contribuições previdenciárias incidentes sobre o fornecimento de valetransporte em desacordo com a legislação.

A DRJ julgou a impugnação improcedente, nos termos da ementa abaixo:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/09/2004 a 31/12/2004

Ementa: OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. ENQUADRAMENTO FPAS. AJUDA DE CUSTO.

O enquadramento no FPAS não produz efeito em relação às contribuições a cargo da empresa.

A ajuda de custo que não eh paga em uma única parcela em decorrência de mudança do empregado integra a base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Lançamento Procedente

A contribuinte foi cientificada da decisão em 16/03/2009 (fl. 125) e apresentou Recurso em 17/04/2009 (fls. 126 a 129).

É o relatório.

### Voto

Conselheira Ana Claudia Borges de Oliveira, Relatora.

A recorrente foi cientificada da decisão da DRJ no dia 16/03/2009, conforme AR de fl. 125 referente à Intimação n° 074/2009 (fl. 124).

PROCESSO Nº 19740.000.438/2008-18

CONTRIBUINTE: CIA FLUMINENSE DE HABITAÇÃO

### Termo de Juntada de Aviso de Recebimento

DESTIN	ATÁRIO DO OBJETO / DEST	INATAIRE
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO D	O OBJETO I NOM OU RAISON SOCIALE DU DES	TNATAIRE
CIA- FLUMINE	NSE DE HABIT	T.A.GA.O.
R. JOSE CLEME	NTE, 94,-4, ANI	D - NITERÓI
24020-1495 Rio	DE JANGIRO	RJBRASIL
DOCUMENTO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VER	15(CAÇÃO) / DISCRIMINACION	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI PRIORITÀRIA / PRIORITAIRE EMS
PROC. Nº 19740.	090.438/2008-18	SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
assinatura do recebedor / signature do Giba dos S	DATABLE DATABL	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
CILSEV De 3	Sy Ls	( [ [ 5 MAR 2009
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E NOT BO ENFREGADO I A SIGNATURE DE L'AGENT	SANOR VI

Anexei, nesta data, o "AR" relativo a Intimação nº 074/2009, com recibo datado de 16/03/2009.

Tendo sido intimada no dia 20/02/2009 (uma sexta-feira), tem-se que o prazo de 30 (trinta) dias para interposição do recurso voluntário começou em 24/02/2009 (segunda-feira) e se encerrou no dia 25/03/2009 (quarta-feira).

Ocorre que, conforme se infere do carimbo aposto na peça recursal (fl. 126), temse que este foi apresentado no dia 17/04/2009.

16184 17/84/09 828318 BelikkBe/GG

**FLUMINENESE** COMPANHIA

DE HABITAÇÃO - COFLUHAB, empresa privada, com sede à Rua José Clemente, nº 94, 4º andar, Niterói, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 27.916.022/0001-52, por seu advogado in fine firmado, conforme instrumentos acostados, vem, TEMPESTIVAMENTE, à presença de Vs. Sas., nos termos da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dos demais dispositivos legais, para apresentar as suas inclusas razões em

## RECURSO

Assinale-se que no ano de 2009 o feriado do Carnaval ocorreu de 23 a 25 de fevereiro e, considerada a exclusão dessas datas do cômputo, o recurso voluntário foi interposto decorridos mais de trinta dias.

O recurso voluntário em análise é, portanto, intempestivo por extrapolar o prazo legal de trinta dias contados da ciência da decisão de primeira instância (arts. 5° e 33 do Decreto n° 70.235/72).

Isso posto, voto por não conhecer do recurso voluntário.

#### Conclusão

Diante do exposto, voto por não conhecer do recurso voluntário, por intempestividade.

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira